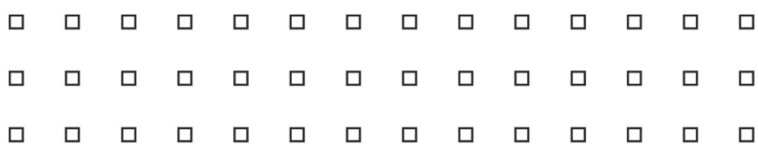


# **Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

**31 de dezembro de 2022**





# Relatório de Administração

# 4T22

**São Paulo, 31 de janeiro de 2023** – Em conformidade com as disposições legais, o Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco”, “Banco PAN” ou “Companhia”) e suas subsidiárias divulgam os resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações operacionais e financeiras do Banco, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, conforme a Legislação Societária e as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

## **MENSAGEM AOS ACIONISTAS**

Com um portfólio completo de crédito e serviços, nossa missão é simplificar a vida das pessoas, oferecendo soluções financeiras inovadoras, inteligentes e personalizadas. Com nosso longo e bem-sucedido histórico em crédito, estamos presente no dia a dia dos nossos 23,7 milhões de clientes, investindo em UX e melhorando nossos produtos enquanto mantemos nosso **rentável e sustentável**.

Desde 2020, quando nossa conta corrente foi lançada, nós impulsionamos nossos canais de distribuição e portfólio de produtos. Quando olhamos para os desafios de 2023, vemos as melhorias que foram entregues ao nosso cliente ao longo dos últimos três anos: **remodelamos nosso negócio e posicionamos o PAN como um banco diversificado e universal**, preparado para entregar uma proposta única para nossos clientes, com a mais completa oferta de crédito entre os *neobanks* brasileiros e um *marketplace* com ferramentas exclusivas e soluções integradas de crédito.

Implementamos melhorias em UX à medida que focamos na satisfação dos clientes, resultando em melhores notas do APP e um **maior engajamento**. No 4T22, **66% dos clientes eram ativos**, um **aumento de 4,7 milhões frente ao 4T21**. Além disso, **12,6 milhões** de clientes tem ao menos um produto de crédito.

As aquisições de Mosaico e Mobiauto impulsionaram o engajamento e trouxeram clientes com renda mais alta. Ademais, ambas contribuíram para um **crescimento de 58%** nas receitas de serviços em relação ao 4T21. Além disso, seguimos avançando na oferta de crédito contextualizado, em conjunto com a opinião de especialistas, comparador e alerta de preços, para nos tornamos o melhor assessor de compras

A Mobiauto também continua entregando bons resultados, aumentando a participação de **1,4% no 4T21 para 5,9% no 4T22** no total financiado pelo PAN. A quantidade de **veículos anunciados cresceu 36%** no comparativo anual e a **receita neste trimestre foi R\$ 14,7 milhões** frente a R\$ 8,0 milhões no 4T21.

Além disso, o foco em UX, juntamente com nossa plataforma multicanais, nos levaram a um forte volume de originação colateralizada. Neste trimestre: **originamos R\$ 9,3 bilhões**, um aumento de 35% YoY, reforçando a nossa distribuição B2C.

Fechamos 2022 e iniciamos 2023 com o mesmo foco de sempre: **crescimento sustentável, antecipação dos riscos, investimentos em produtos diversificados e fortalecimento dos canais de originação e constante melhoria no UX do cliente**.

# LINHAS DE NEGÓCIO

## Banco Transacional

Estamos continuamente investindo na melhoria de UX dentro dos nossos múltiplos canais, fornecendo uma experiência completa para nossos clientes, atendendo suas necessidades diárias de forma inteligente, personalizada e contextualizada. Dessa forma, mantemos nossos fortes níveis de engajamento.

Ao final do 4T22, nossa base somava 23,7 milhões de clientes, um aumento de 7% referente ao trimestre passado, e de 39% referente ao mesmo período do ano anterior. Nossa ativação foi de 66%, com um *cross-sell* index de 2,1 produtos por cliente ativo.

Concluimos este trimestre com mais de 7 milhões de contas com chave PIX e R\$22,7 bilhões em TPV, aumento de 21% referente ao 4T21. Além disso, registramos 12,6 milhões de clientes com crédito, aumento de 29% comparado com o 4T21.

## Crédito Consignado e FGTS

Na linha de crédito consignado, focamos em empréstimos e cartões de crédito para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Nossa estratégia é permanecer como um player relevante em acordos federais, assim como realizado com o auxílio Brasil, estando entre os maiores originadores de crédito para beneficiários do INSS e pensionistas.

Em BRGAAP, a carteira total de empréstimos consignados terminou 4T22 com um saldo de R\$ 10.498 milhões, comparado a R\$ 9.801 milhões no 3T22. O portfólio de cartão de crédito consignado fechou este trimestre em R\$ 4.476 milhões, o que representa um aumento de 33% com relação aos R\$ 3.365 milhões do 3T22 e 106% com relação aos R\$2.173 milhões do 4T21. Já o FGTS fechou o tri com um saldo de R\$2.944 milhões vs R\$ 2.419 milhões no 3T22.

## Financiamento de Veículos

Como uma das principais plataformas de financiamento de veículos no Brasil, temos alavancado nosso market share através de canais digitais, com foco no financiamento de veículos usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas.

A aquisição da Mobiauto segue mostrando-se rentável, com aumento da receita e do número de veículos anunciados na plataforma. Seguimos com a melhoria contínua de nossos sistemas e serviços, assegurando a melhor experiência para clientes e lojistas, reforçando nosso engajamento e expandindo nosso ecossistema.

Além disso, com o Auto PAN (*Car Equity*) no nosso app, verificamos a elegibilidade dos veículos de nossos clientes em tempo real. Dessa forma, conseguimos expandir a oferta para toda a nossa base, escalando nossos produtos com margens maiores e um risco de crédito controlado.

A originação de veículos e motos foi de R\$ 2.713 milhões no quarto trimestre, 17% acima dos R\$ 2.407 milhões originados no 3T22.

Em BRGAAP, a carteira de crédito de veículos fechou o trimestre com saldo de R\$ 16.741 milhões, um aumento de 5% no comparativo com os R\$ 15.925 milhões do 3T22 e de 12% com relação aos R\$ 14.885 milhões do final do 4T21.

## Cartão de Crédito

Devido a deterioração do cenário macroeconômico, temos adotado uma postura conservadora para emissão de novos cartões de crédito desde 2021. Não obstante, consideramos o cartão de crédito um produto muito importante para nossos clientes, não somente para atender suas demandas por crédito, como também suas necessidades diárias de serviços bancários. Portanto, mantemos nossos desenvolvimentos internos e investimentos nesse segmento, com entregas de novos produtos e funcionalidades, assegurando a melhor experiência aos usuários.

Os canais da Mosaico integram à nossa base clientes cada vez mais rentáveis e com menor CAC. Juntamente com os recém lançados cartões de crédito ZOOM e Buscapé, somos capazes de fornecer ainda mais benefícios para os nossos clientes.

No 4T22, tivemos 137 mil novos cartões emitidos, uma queda de 21% frente aos 173 mil do 3T22. Concluimos este trimestre com um portfólio, em BRGAAP, de R\$ 3.611 milhões, uma queda de 4% frente aos R\$ 3.766 milhões no 3T22 e, em linha com os R\$3.649 milhões do 4T21.

## Empréstimo Pessoal

Oferecemos uma plataforma completa de crédito e de serviços, e entendemos que o empréstimo pessoal é essencial para engajar e reter nossos clientes. Trata-se de um produto importante para apoiá-los em períodos de restrição de fluxo de caixa, não só para cobrir eventuais investimentos, mas também para suas necessidades diárias.

Desde o 3Q21, mantivemos uma postura mais conservadora também nessa linha de crédito, devido ao cenário macroeconômico. Em BRGAAP, nossa carteira atingiu um saldo de R\$ 429 milhões no 4T22, comparado a R\$ 512 milhões no 3T22 e R\$ 470 milhões no 4T21.

## Marketplace

Estamos continuamente investindo no desenvolvimento de soluções financeiras na nossa plataforma *marketplace*, através de cartões de crédito *co-branded* e da aceleração do *Buy Now Pay Later*.

Seguimos com o aumento da rentabilidade do nosso negócio, com um *take rate* de 8,7% no 4T22 versus 6,7% no 4T21. Nesse trimestre, atingimos um GMV de R\$1.061 milhão, um aumento de 45% referente ao último trimestre.

## Seguros

Seguindo nossa estratégia de diversificação, a oferta de seguros é importante para assegurar um portfólio completo, engajando nossos clientes e impulsionando nosso *cross-sell*. Continuaremos com desenvolvimentos para manter a constante evolução de nossa plataforma com modelo *one-stop-shop* e produtos totalmente disponíveis no app.

Ao final do 4T22, somávamos 2,2 milhões de clientes com seguro, 70% a mais do que no 4T21. Neste trimestre, originamos R\$170 milhões em prêmios de seguro, 37% acima do que os R\$ 124 milhões originados em 4T21.

## Investimentos

Oferecemos aos nossos clientes um CDB de baixo risco (PoupaPan) com liquidez diária. Este produto está disponível no app e tem rendimento superior à poupança, produto amplamente utilizado pelos nossos clientes em outras instituições financeiras, atualmente concentrado nos maiores bancos brasileiros.

Não obstante, nossa estratégia de aumento do engajamento nos direciona para a disponibilização, em breve, de novos produtos de investimentos e benefícios, especialmente considerando o fluxo de clientes com maior renda da Moisaco.

# CRÉDITO

## ORIGINAÇÃO DE CRÉDITO

Estamos constantemente investindo em soluções mais simples e inteligentes para nossos clientes, de maneira personalizada e contextualizada. Isso, somado a nossa eficiência em impulsionar os canais de B2C, levaram ao nosso recorde no volume de origemação de crédito colateralizado neste trimestre.

Durante o 4T22, originamos R\$ 9.284 milhões em novos créditos, comparado a R\$ 7.670 milhões no 3T22 e R\$ 6.900 milhões em 4T21.

## CARTEIRA DE CRÉDITO

EM BRGAAP nossa carteira de crédito fechou este trimestre com um saldo de R\$ 39,0 bilhões contra R\$ 36,2 bilhões no 3T22 e 12% acima dos R\$ 34,9 bilhões no 4T21.

Já em IFRS, fechamos o trimestre com um estoque de carteira de R\$ 40,3 bilhões, contra R\$ 37,4 bilhões no 3T22 e acima dos R\$ 35,9 bilhões no 4T21.

Ao final do 4T22, 12,6 milhões de clientes possuíam ao menos um produto de crédito, um aumento anual de 29%. Assim, observamos um forte engajamento dos nossos clientes: 66% da nossa base total de clientes são ativos. Isso reflete não só nossa sucessiva abordagem B2C, como também a efetividade de nossas múltiplas plataformas.

## QUALIDADE DE CRÉDITO

Nos últimos anos, nós expandimos nosso portfólio com diferentes produtos e serviços, considerando também maiores margens e níveis de engajamento. Enquanto isso, mantivemos um nível elevado de carteira colateralizada, representando 90% do total em 4Q22.

Devido a nossa abordagem bem-sucedida na antecipação da deterioração do cenário macroeconômico, conseguimos manter controlado nossos níveis de risco. Em BRGAAP, o indicador de créditos vencidos acima de 90 dias foi de 7,1% no 4T22, comparado a 6,8% no 3T22. Ao mesmo, 8,3% dos empréstimos estavam atrasados entre 15-90 dias versus 8,4% no 3T22.

## CESSÃO DE CARTEIRA DE CRÉDITO

Além da retenção de créditos em carteira, temos também como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros como ferramenta usual de gestão de capital e liquidez. No 4T22, realizamos cessões de R\$ 2.876 milhões, comparado aos R\$ 3.863 milhões no 3T22 e aos R\$ 2.457 milhões no 4T21.

# CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 36,7 bilhões no encerramento do 4T22 com a seguinte composição: (i) R\$ 19,0 bilhões em depósitos a prazo, equivalente a 52 % do total; (ii) R\$ 10,5 bilhões referente a emissões de letras financeiras, ou 29% do total; (iii) R\$ 5,5 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 15% do total e; (iv) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 1,6 bilhão, equivalentes a 4% das captações totais.

## RESULTADOS

### Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 4T22, mantivemos entregas consistentes, com margem financeira de R\$ 1.856 milhões, um crescimento de 6% em comparação aos R\$ 1.748 milhões do 4T21 (BRGAAP)

Em relação aos ativos rentáveis, a NIM ficou em 16,9% no 4T22 e 17,9% em 3T22, enquanto NIM sem cessão foi 15,2% em 4T22 versus 13,5% em 3T22. Esses níveis permaneceram altos e estão relacionados aos robustos spreads das operações de crédito (BRGAAP).

Dada a manutenção de nossa estratégia conservadora na emissão de novos cartões de crédito e empréstimos pessoais, nossa margem líquida de custo de crédito permanece forte.

### Despesas com Provisões e Recuperação de Créditos

A despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 558 milhões em BRGAAP, frente aos R\$ 488 milhões do 3T22 e aos R\$ 408 milhões do 4T21. Em relação à carteira, estas despesas líquidas de recuperação anualizadas mantiveram-se em 5,9%.

### Custos e Despesas

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 580 milhões no 4T22, frente aos R\$ 613 milhões no 3T22 e aos R\$ 563 milhões do 4T21.

As despesas com originação somaram R\$ 635 milhões ao final do trimestre frente aos R\$ 491 milhões do 3T22 e aos R\$ 435 milhões do 4T21, acompanhando os volumes de originação de crédito e aquisição de clientes.

### Demonstração de Resultados

No 4T22, registramos LAIR de R\$ 208 milhões em BRGAAP, comparado com R\$ 204 milhões do 3T22 e R\$ 276 milhões do 4T21.

Também em BRGAAP, o lucro líquido ajustado no trimestre totalizou R\$ 191 milhões, em linha com os R\$ 193 milhões do 3T22 e acima dos R\$ 190 milhões do 4T21.

Em IFRS, o resultado foi de R\$ 179 milhões, registrando um aumento de 29% em comparação aos R\$ 139 milhões no 3T22 e 20% acima do lucro líquido do 4T21, de R\$ 149 milhões.



Apesar de uma maior provisão de crédito nos últimos trimestres, mantivemos nosso lucro líquido principalmente devido a (i) aumento nas receitas de serviços, (ii) controle das despesas totais e (iii) manutenção da margem financeira robusta.

## **CAPITAL, RATINGS & MERCADO**

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 7.706 milhões no 4T22, frente aos R\$ 7.792 milhões no 3T22 e R\$ 5.799 milhões no 4T21. Essa redução no trimestre ocorreu principalmente por conta do programa de recompra de ações, resultando em um impacto de R\$ 145.953 no Patrimônio Líquido.

Já em IFRS, o patrimônio total foi de R\$ 7.124 milhões no 4T22, frente aos R\$ 7.195 milhões em 3T22 e R\$ 5.974 milhões no 4T21.

### **ÍNDICE DE BASILEIA – GERENCIAL**

Em função da consolidação do Banco PAN no consolidado prudencial do BTG Pactual, o índice de Basileia individual deixou de ser formalmente divulgado. Entretanto, seguimos divulgando um índice gerencial para acompanhamento da capitalização do Banco PAN.

O Índice de Basileia gerencial (proforma) encerrou o 4T22 em 15,6% frente aos 16,4% registrados ao final do 3T22 e aos 15,4% registrados no 4T21, todos compostos integralmente por Capital Principal.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

As Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2021 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no valor de R\$ 94 mil; (ii) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 273 mil; e (iii) trabalho relacionado a Mercado de Capitais no montante de R\$ 112 mil, totalizando montante inferior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, de que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do PAN, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023

---

***Banco Pan S.A.***  
***Demonstrações contábeis***  
***consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Pan S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

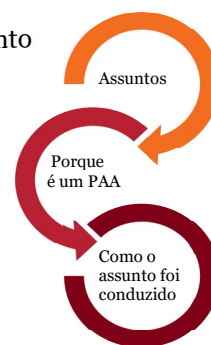
---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Provisão para perda de crédito esperada (Notas explicativas 3d, 9 e 10)

O Banco Pan S.A. atua substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da provisão para perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 – *Financial Instruments*, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analisamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

### Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. opera em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais



Banco Pan S.A.

---

### Porque é um PAA

desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

---

### Créditos Tributários (Notas explicativas 3q e 15)

O Banco Pan S.A. apresenta créditos tributários no total de R\$ 3,3 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão alinhadas com as informações



Banco Pan S.A.

---

### **Porque é um PAA**

---

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

analisadas em nossa auditoria.

---

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a



Banco Pan S.A.

não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações





Banco Pan S.A.

contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev  
Contadora CRC 1SP245281/O-6



**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>6.943</b>	<b>3.943</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>49.679.564</b>	<b>42.920.374</b>
<b>Ao valor justo no resultado</b>		<b>3.652.312</b>	<b>5.721.995</b>
Títulos e valores mobiliários	5	46.371	239.860
Derivativos	6.a	697	2.498
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	3.605.244	5.479.637
<b>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>302.350</b>	<b>637.887</b>
Títulos e valores mobiliários	5	285.397	632.943
Instrumentos de patrimônio	7	16.953	4.944
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>45.724.902</b>	<b>36.560.492</b>
Depósitos compulsórios no Banco Central		3.022.679	2.825.583
Títulos e valores mobiliários	5	8.818.068	5.434.134
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8	279.448	11.735
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	32.964.606	27.061.757
Benefício residual em operações securitizadas		4.561	4.493
Recebíveis imobiliários	11	16.436	16.900
Outros ativos financeiros	12	619.104	1.205.890
<b>Outros ativos</b>	<b>13</b>	<b>944.440</b>	<b>645.259</b>
<b>Ativos não correntes mantidos para venda</b>	<b>14</b>	<b>202.659</b>	<b>163.284</b>
<b>Impostos</b>		<b>4.007.326</b>	<b>4.172.134</b>
A compensar		682.984	634.756
Diferido	15.a	3.324.342	3.537.378
<b>Investimentos em coligadas</b>		<b>16.165</b>	<b>15.997</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>16</b>	<b>136.728</b>	<b>102.223</b>
<b>Intangível e ágio</b>	<b>17</b>	<b>632.780</b>	<b>116.508</b>
Ágio		472.002	53.741
Outros ativos intangíveis		160.778	62.767
<b>Total do Ativo</b>		<b>55.626.605</b>	<b>48.139.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivos financeiros</b>		<b>42.698.061</b>	<b>35.971.214</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>42.599.865</b>	<b>35.916.545</b>
Depósitos de clientes	18	19.376.341	20.499.655
Depósitos de instituições financeiras	19	11.367.258	4.633.082
Recursos de emissão de títulos	20	10.618.218	9.380.408
Obrigações por empréstimos	21	773.639	812.045
Dívidas subordinadas	22	10.987	9.329
Outros passivos financeiros	23.a	453.422	582.026
<b>Ao valor justo no resultado</b>	<b>6.a</b>	<b>98.196</b>	<b>54.669</b>
Derivativos		98.196	54.669
<b>Provisões</b>	<b>24</b>	<b>344.282</b>	<b>419.363</b>
Provisões para processos judiciais		344.282	419.363
<b>Passivos fiscais</b>	<b>15.a</b>	<b>482.523</b>	<b>702.170</b>
Correntes		249.294	451.271
Diferido		233.229	250.899
<b>Outros passivos</b>	<b>23.d</b>	<b>4.977.646</b>	<b>5.073.125</b>
<b>Patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>	<b>25</b>	<b>7.122.225</b>	<b>5.973.631</b>
Capital social:		<b>5.928.320</b>	<b>4.175.222</b>
De domiciliados no País		5.495.435	3.699.805
De domiciliados no Exterior		432.885	475.417
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.225.419	1.603.926
Outros resultados abrangentes		(3.981)	(12.839)
(Ações em tesouraria)		(234.855)	-
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>1.868</b>	<b>219</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>7.124.093</b>	<b>5.973.850</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>55.626.605</b>	<b>48.139.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita líquida com juros</b>	<b>26</b>	<b>7.015.593</b>	<b>6.147.009</b>
Receita com juros e similares		11.814.801	8.256.430
Despesas com juros e similares		(4.799.208)	(2.109.421)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	10.a	(801.388)	(613.464)
Perda esperada com demais ativos financeiros		44	484
<b>Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros</b>		<b>6.214.249</b>	<b>5.534.029</b>
<b>Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)</b>		<b>235.551</b>	<b>661.230</b>
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(4.970)	(3.873)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(22)	(19)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	240.543	665.122
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	(68)
Receitas de tarifas e comissões	27	1.037.569	702.946
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(3.788.973)</b>	<b>(3.770.703)</b>
Despesas de pessoal	28	(902.205)	(785.367)
Outras despesas administrativas	29	(2.886.768)	(2.985.336)
Depreciação e amortização	30	(132.986)	(85.130)
Despesas tributárias	31	(451.263)	(384.765)
Provisões (líquidas)	32	(219.505)	(181.171)
Outras receitas/(despesas) operacionais	33	(2.098.326)	(1.481.449)
Resultado de participações em coligadas e controladas		168	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	7.945	28.677
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>804.429</b>	<b>1.023.596</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>15.b</b>	<b>(136.146)</b>	<b>(296.120)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		126.245	(347.434)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(262.391)	51.314
<b>Lucro Líquido</b>		<b>668.283</b>	<b>727.476</b>
Atribuível a:			
Acionistas Controladores		666.634	727.476
Acionistas não Controladores		1.649	-
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.256.566	1.205.056
Lucro líquido por ação - R\$		0,53	0,60

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido</b>	<b>668.283</b>	<b>727.476</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado</b>		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.432	3.930
Efeito tributário	(1.515)	(1.409)
<b>Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado</b>		
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.881	-
Efeito tributário	(4.940)	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>8.858</b>	<b>2.521</b>
<b>TOTAL do resultado abrangente</b>	<b>677.141</b>	<b>729.997</b>
Atribuível a:		
Acionistas controladores	675.492	729.997
Acionistas não controladores	1.649	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
				Legal	Para integridade do patrimônio líquido						
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>4.175.222</b>	-	<b>207.322</b>	<b>79.201</b>	<b>1.093.957</b>	<b>(15.360)</b>	-	-	<b>5.540.342</b>	-	<b>5.540.342</b>
Aumento de capital (Nota 1.a)	-	1.753.098	-	-	-	-	-	-	1.753.098	-	1.753.098
Capital a realizar	-	(1.753.098)	-	-	-	-	-	-	(1.753.098)	-	(1.753.098)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	2.521	-	-	2.521	-	2.521
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	727.476	727.476	-	727.476
<b>Total do resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	<b>2.521</b>	-	<b>727.476</b>	<b>729.997</b>	-	<b>729.997</b>
<b>Destinações</b>											
Reserva legal (Nota 25.c)	-	-	-	38.729	-	-	-	(38.729)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.c)	-	-	-	-	392.039	-	-	(392.039)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	-	-	-	-	-	-	-	(296.708)	(296.708)	-	(296.708)
Aquisição de investimento com participação de não controladores (Nota 1.a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219	219
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>4.175.222</b>	-	<b>207.322</b>	<b>117.930</b>	<b>1.485.996</b>	<b>(12.839)</b>	-	-	<b>5.973.631</b>	<b>219</b>	<b>5.973.850</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>4.175.222</b>	-	<b>207.322</b>	<b>117.930</b>	<b>1.485.996</b>	<b>(12.839)</b>	-	-	<b>5.973.631</b>	<b>219</b>	<b>5.973.850</b>
Aumento de capital (Nota 1.a)	1.753.098	-	-	-	-	-	-	-	1.753.098	-	1.753.098
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(234.855)	-	(234.855)	-	(234.855)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	8.858	-	-	8.858	-	8.858
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	666.634	666.634	1.649	668.283
<b>Total do resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	<b>8.858</b>	-	<b>666.634</b>	<b>675.492</b>	<b>1.649</b>	<b>677.141</b>
<b>Destinações</b>											
Reserva legal (Nota 25.c)	-	-	-	35.305	-	-	-	(35.305)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.c)	-	-	-	-	311.329	-	-	(311.329)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	-	-	-	-	-	-	-	(320.000)	(320.000)	-	(320.000)
Diferença de gaap na aquisição de investimento	-	-	-	-	(725.141)	-	-	-	(725.141)	-	(725.141)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>5.928.320</b>	-	<b>207.322</b>	<b>153.235</b>	<b>1.072.184</b>	<b>(3.981)</b>	<b>(234.855)</b>	-	<b>7.122.225</b>	<b>1.868</b>	<b>7.124.093</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>668.283</b>	<b>727.476</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.217)	(1.898)
Depreciações e Amortizações	30	132.986	85.130
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	34	(2.951)	1.315
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	(5.016)	(29.938)
Variação cambial de obrigações por empréstimos		(54.420)	(20.978)
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	32	219.505	181.171
Impairment de ágio na aquisição de investimentos		14.615	171.709
Perda ao valor recuperável em ativos		756	-
Resultado de participações em coligadas e controladas		(168)	-
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	10	801.388	613.464
Perda esperada em outros ativos		(44)	(484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		262.391	(51.314)
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>2.036.108</b>	<b>1.675.653</b>
<b>Varição de Ativos e Passivos:</b>			
Redução em ativos financeiros ao valor justo no resultado		195.290	14.423
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(12.262)	(15.922)
(Aumento) em depósitos compulsórios		(197.096)	(2.820.076)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(266.308)	(10.482)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(4.829.844)	(5.698.372)
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		(132.257)	588.058
(Aumento) em ativos fiscais		(99.098)	(114.832)
(Aumento) em outros ativos		(62.203)	(262.534)
(Redução)/Aumento em depósitos de clientes		(1.123.314)	7.737.974
Aumento/(Redução) em depósitos de instituições financeiras		6.734.176	(5.421.675)
Aumento em passivos financeiros ao valor justo no resultado		43.527	45.408
Aumento em outros passivos financeiros		1.341.379	1.110.432
(Redução) em provisões		(294.586)	(275.430)
(Redução)/Aumento em passivos fiscais		(47.435)	488.375
(Redução)/Aumento em outros passivos		(120.420)	1.289.055
Imposto de renda e contribuição social pagos		(177.152)	(413.027)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>2.988.505</b>	<b>(2.082.972)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.128)	(228.159)
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		364.240	478.989
(Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado		(4.614.862)	(3.876.184)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		1.950.367	608.524
Alienação de bens não de uso próprio		274.382	154.286
Redução de investimentos		-	2.082
(Aquisição) de imobilizado	16.b	(78.127)	(100.337)
(Aquisição) de intangível	17.b	(135.774)	(61.862)
Dividendos recebidos		-	176
Cessão de direitos		-	9.113
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(2.240.902)</b>	<b>(3.013.372)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		2.833.312	8.175.739
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(3.038.625)	(4.927.624)
Emissão de obrigações por empréstimos		-	858.015
Pagamento de arrendamento	23.b	(9.188)	(8.603)
Juros sobre o capital próprio pagos		(296.708)	(254.896)
Participação de acionistas não controladores		1.649	219
Aquisição de ações em tesouraria	25.f	(234.855)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(744.415)</b>	<b>3.842.850</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>3.188</b>	<b>(1.253.494)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.196</b>	<b>1.256.792</b>
<b>EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.217</b>	<b>1.898</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>9.601</b>	<b>5.196</b>
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA</b>			
Juros pagos		(3.926.134)	(2.155.208)
Juros recebidos		12.616.677	8.985.144
Transferência de ativos não de uso próprio		3.330	(8.639)
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		4.432	3.930

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITAS</b>		<b>9.976.691</b>	<b>7.373.614</b>
Juros e similares	26	11.814.801	8.256.430
Tarifas e comissões		1.037.569	702.946
Perda esperada com ativos financeiros		(801.344)	(612.980)
Outras receitas/(despesas)		(2.074.335)	(972.782)
<b>DESPESAS COM JUROS E SIMILARES</b>	<b>26</b>	<b>(4.799.208)</b>	<b>(2.109.421)</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(2.848.328)</b>	<b>(2.967.507)</b>
Materiais, energia e outros	29	(3.110)	(4.170)
Serviços de terceiros	29	(735.952)	(683.821)
<b>Outras</b>		<b>(2.109.266)</b>	<b>(2.279.516)</b>
Comissões pagas a correspondentes bancários	29	(773.873)	(1.060.921)
Processamento de dados	29	(521.216)	(456.587)
Serviços do sistema financeiro	29	(312.661)	(308.645)
Propaganda, promoções e publicidade	29	(346.418)	(283.940)
Comunicações	29	(75.319)	(110.225)
Despesas com busca e apreensão de bens	29	(28.018)	(12.333)
Viagens	29	(6.879)	(1.618)
Manutenção e conservação de bens	29	(9.499)	(13.793)
Transportes	29	(5.975)	(5.487)
Taxas e emolumentos	29	(3.500)	(3.866)
Outras	29	(25.908)	(22.101)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>2.329.155</b>	<b>2.296.686</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(132.986)</b>	<b>(85.130)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>2.196.169</b>	<b>2.211.556</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>168</b>	<b>-</b>
Resultado de participações em coligadas		168	-
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>2.196.337</b>	<b>2.211.556</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>2.196.337</b>	<b>2.211.556</b>
Pessoal		<b>781.971</b>	<b>683.468</b>
Remuneração direta		614.663	534.671
Benefícios		120.494	103.810
FCTS		35.688	34.450
Outros		11.126	10.537
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>707.643</b>	<b>782.783</b>
Federal		668.388	751.327
Estadual		394	23
Municipal		38.861	31.433
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>29</b>	<b>38.440</b>	<b>17.829</b>
Aluguéis		38.440	17.829
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>668.283</b>	<b>727.476</b>
Juros sobre o capital próprio		320.000	296.708
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores		346.634	430.768
(Prejuízos) retidos atribuível aos acionistas não controladores		1.649	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



## 1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco tem foco de atuação no varejo, com oferta de uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e veículo, limite emergencial (cheque especial), bem como venda de seguros, *marketplace* e subadquirência. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário e recarga de celular. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre o Banco PAN e suas empresas controladas e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa a captação de recursos no mercado, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras, sendo parte integrante do plano de negócios. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), com 73,95% do capital total\*.

Em 31/12/2022 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	657.561	100,00	283.991	46,13	941.552	73,95
Mercado ( <i>free float</i> )	-	-	331.628	53,87	331.628	26,05
<b>Subtotal</b>	<b>657.561</b>	<b>100,00</b>	<b>615.619</b>	<b>100,00</b>	<b>1.273.180</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	-	-	33.153	-	33.153	-
<b>Total emitido</b>	<b>657.561</b>	<b>-</b>	<b>648.772</b>	<b>-</b>	<b>1.306.333</b>	<b>-</b>

\* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

### a) Eventos societários

- Consolidação do controle do Banco PAN pelo Banco BTG Pactual S.A.**

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), e o Banco Sistema S.A. (“Banco Sistema”), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar (“Contrato”), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto (“Operação”).

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil (“BCB” ou “BACEN”) e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

- **Aquisição de participação societária na Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.**

Em 13/09/2021, o Banco PAN assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda., a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021, sendo que a conclusão dos procedimentos para formalização da aquisição ocorreu em 12/01/2022.

- **Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o e-commerce do Brasil (“Operação Mosaico”).

Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da Operação Mosaico, conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

## 2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

### 2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações contábeis do Banco PAN, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco PAN em sua administração.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31/01/2023.

### 2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

#### a) Pronunciamentos contábeis em 31/12/2022

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

#### b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Estabelece que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações serão efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de

estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações da IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamento. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão mensurados até a data de entrada em vigor da norma.

### **2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos**

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

#### **a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiramente determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevantes. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

#### **b) Perda esperada de ativos financeiros**

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;

- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

#### **c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda**

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possuía como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

#### **d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

#### **e) Provisões, contingências e outros compromissos**

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados

externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

## 2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladas diretas:</b>		
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	100,00	-
<b>Controladas indiretas:</b>		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	80,00
G.W.H.C. Serviços Online Ltda. (2)	100,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários); e

(2) Empresa controlada pela Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A..

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

## 3) Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

### b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

#### i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

## ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
  - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
  - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
  - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
  - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
  - a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
  - b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

## iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Títulos e valores mobiliários:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.



- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber junto a “Instituições Financeiras”, decorrente de operações de cessão de crédito.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

#### iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

#### v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial;

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito sem retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de letras financeiras subordinadas.



- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

### c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

#### i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado do período.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

#### ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de swap e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

#### iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

#### iv. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

##### a) Baixa de ativos e passivos financeiros

###### i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

###### ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

##### b) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### c) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de

gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9 de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de Hedge contábil**

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré-pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Em dezembro de 2021, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da obrigação por empréstimo emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

- **Instrumentos de hedge**

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI.

- **Objetos de hedge**

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é a captação realizada no Exterior (passivo), sendo uma obrigação por empréstimo em Dólar Americano (US\$).

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

#### **d) Provisão para perda de crédito esperada**

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

#### **e) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

#### **f) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas**

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa

e equivalentes de caixa". As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta "Depósitos de instituições financeiras" (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como "Receitas de juros e similares" e "Despesas de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

#### **g) Operações de arrendamento (Arrendatário)**

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 13 e 23.

#### **h) Ativos não correntes mantidos para venda**

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

#### **i) Investimentos em empresas coligadas**

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

#### **j) Ativos tangíveis**

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

**Benfeitorias em imóveis de terceiros:** Somente são reconhecidos como ativos tangíveis quando o custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis

## k) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

### i. Softwares:

Os *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos na aquisição e desenvolvimento e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

## ii. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

## l) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

## m) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle

da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

## **n) Reconhecimento de receitas e despesas**

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

### **i. Receitas e despesas com juros e similares:**

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

### **ii. Receitas de tarifas e comissões:**

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

### **iii. Receitas e despesas operacionais**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

## **o) Garantias financeiras**

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.



O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

## **p) Benefícios a empregados**

### **i. Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

### **ii. Benefícios rescisórios**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

## **q) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuros para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

#### **r) Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

#### **s) Patrimônio líquido**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

#### **t) Apresentação de relatórios por segmentos**

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro e (ii) Outros.

#### **u) Benefício residual em operações securitizadas**

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei Federal nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

#### **v) Eventos subsequentes**

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional	6.421	1.690
Disponibilidades em moeda estrangeira	522	2.253
<b>Subtotal (caixa)</b>	<b>6.943</b>	<b>3.943</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	2.658	1.253
<b>Total</b>	<b>9.601</b>	<b>5.196</b>

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5) Títulos e Valores Mobiliários

##### a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2022 e em 31/12/2021, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros ao valor justo no resultado</b>	<b>46.371</b>	<b>239.860</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	46.371	239.860
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>285.397</b>	<b>632.943</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	72.295	411.183
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	210.029	218.233
Certificado de Depósito Bancário – CDB	3.073	3.527
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>8.818.068</b>	<b>5.434.134</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN	8.816.005	5.434.134
Fundos	2.013	-
Outros	50	-
<b>Total</b>	<b>9.149.836</b>	<b>6.306.937</b>

##### b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>239.860</b>	<b>254.387</b>
Adições (alienações) Líquidas	(214.248)	(25.109)
Ajuste a valor de mercado	159	397
Juros	20.600	10.185
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>46.371</b>	<b>239.860</b>

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2022	31/12/2020
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>632.943</b>	<b>866.173</b>
Adições (alienações) Líquidas	(376.864)	(263.184)
Ajuste a valor de mercado	4.628	5.087
Juros	29.819	29.136
Ágio / Deságio	(5.129)	(4.269)
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>285.397</b>	<b>632.943</b>

“Ativos financeiros ao custo amortizado”:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>5.434.134</b>	<b>1.824.992</b>
Adições (alienações) líquidas	2.616.554	3.244.533
Juros	767.380	364.609
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>8.818.068</b>	<b>5.434.134</b>

### c) Prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 360 dias	4.027.389	1.499.619
Acima de 360 dias	5.122.447	4.807.318
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>9.149.836</b>	<b>6.306.937</b>

## 6) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco, captações e exposição cambial em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge* contábil. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às

respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

**a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:**

	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante Até 30 dias	Não Circulante Acima de 360 dias	Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021
<b>Posição Ativa</b>	<b>785.266</b>	<b>803.059</b>	<b>398.307</b>	<b>404.752</b>	<b>803.059</b>	<b>864.463</b>
Swap	785.266	803.059	398.307	404.752	803.059	864.463
<b>Posição Passiva</b>	<b>(863.772)</b>	<b>(891.412)</b>	<b>(439.696)</b>	<b>(451.716)</b>	<b>(891.412)</b>	<b>(903.951)</b>
Swap	(863.772)	(891.412)	(439.696)	(451.716)	(891.412)	(903.951)
<b>Contratos Futuros</b>	<b>(9.146)</b>	<b>(9.146)</b>	<b>(9.146)</b>	-	<b>(9.146)</b>	<b>(12.683)</b>
Posição ativa	697	697	697	-	697	2.498
Posição passiva	(9.843)	(9.843)	(9.843)	-	(9.843)	(15.181)
<b>Total</b>	<b>(87.652)</b>	<b>(97.499)</b>	<b>(50.535)</b>	<b>(46.964)</b>	<b>(97.499)</b>	<b>(52.171)</b>

**b) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador:**

	31/12/2022				31/12/2021
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência
<b>Contratos de Swap</b>	<b>858.015</b>	<b>(78.506)</b>	<b>(9.847)</b>	<b>(88.353)</b>	<b>858.015</b>
<b>Posição ativa:</b>	<b>858.015</b>	<b>785.266</b>	<b>17.793</b>	<b>803.059</b>	<b>858.015</b>
Moeda Estrangeira	858.015	785.266	17.793	803.059	858.015
<b>Posição passiva:</b>	<b>858.015</b>	<b>(863.772)</b>	<b>(27.640)</b>	<b>(891.412)</b>	<b>858.015</b>
Mercado Interfinanceiro	858.015	(863.772)	(27.640)	(891.412)	858.015
<b>Contratos Futuros</b>	<b>27.141.979</b>	-	-	-	<b>22.492.355</b>
<b>Compromissos de Compra:</b>	<b>552.600</b>	-	-	-	<b>859.512</b>
Mercado Interfinanceiro	552.600	-	-	-	803.746
Outros	-	-	-	-	55.766
<b>Compromissos de Venda:</b>	<b>26.589.379</b>	-	-	-	<b>21.632.843</b>
Mercado Interfinanceiro	26.586.717	-	-	-	21.574.269
Moeda Estrangeira	2.662	-	-	-	2.808
Outros	-	-	-	-	55.766

**c) Abertura por vencimento (valor de referência):**

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2022	31/12/2021
<b>Contratos swaps</b>	-	-	-	<b>429.007</b>	<b>429.008</b>	<b>858.015</b>	<b>858.015</b>
Libor x DI	-	-	-	429.007	429.008	858.015	858.015
<b>Contratos futuros</b>	<b>4.546.879</b>	<b>2.662</b>	<b>3.935.091</b>	<b>6.324.758</b>	<b>12.332.589</b>	<b>27.141.979</b>	<b>22.492.355</b>
DDI	-	-	-	-	-	-	111.532
DI	4.546.879	-	3.935.091	6.324.758	12.332.589	27.139.317	22.378.015
Dólar	-	2.662	-	-	-	2.662	2.808
<b>Total</b>	<b>4.546.879</b>	<b>2.662</b>	<b>3.935.091</b>	<b>6.753.765</b>	<b>12.761.597</b>	<b>27.999.994</b>	<b>23.350.370</b>

**d) Local de negociação e contrapartes:**

	31/12/2022	31/12/2021
Balcão	858.015	858.015
B3 S.A. (bolsa)	27.141.979	22.492.355
<b>Total</b>	<b>27.999.994</b>	<b>23.350.370</b>

**e) Hedge contábil – valor de mercado:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Instrumentos Financeiros</b>		
<b>Posição Ativa</b>	<b>2.255.148</b>	<b>2.244.449</b>
Swap – Dólar (1)	803.059	864.463
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.452.089	1.379.986
<b>Posição Passiva</b>	<b>(24.817.697)</b>	<b>(19.903.775)</b>
Swap – CDI	(891.412)	(903.951)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(23.926.285)	(18.999.824)
<b>Objeto de Hedge</b>		
<b>Posição Ativa</b>	<b>21.500.881</b>	<b>19.103.995</b>
Operações de Crédito (3)	21.500.881	19.103.995
<b>Posição Passiva</b>	<b>(2.276.720)</b>	<b>(2.241.046)</b>
Empréstimo no Exterior (1)	(779.785)	(822.344)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.496.935)	(1.418.702)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior (Nota 21);

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo (Nota 18); e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Empréstimos FGTS (Nota 9).**f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	77.388	(216.437)	(139.049)	-	(39.488)	(39.488)
Futuros - ganhos/perdas realizadas	3.406.543	(3.026.951)	379.592	3.726.959	(3.022.349)	704.610
<b>Total</b>	<b>3.483.931</b>	<b>(3.243.388)</b>	<b>240.543</b>	<b>3.726.959</b>	<b>(3.061.837)</b>	<b>665.122</b>

**7) Instrumentos de patrimônio**

	31/12/2022	31/12/2021
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	5.693	4.565
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	11.260	379
<b>Total</b>	<b>16.953</b>	<b>4.944</b>

**8) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras****a) Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Classificação:</b>		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	279.448	11.735
<b>Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras</b>	<b>279.448</b>	<b>11.735</b>
<b>Tipo:</b>		
Compra com compromissos de revenda	1.508	5.710
Depósitos interfinanceiros	277.251	5.974
Depósitos de poupança	689	51
<b>Total</b>	<b>279.448</b>	<b>11.735</b>

**b) Prazo de vencimento:**

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	2.658	1.253
De 181 a 360 dias	-	156
Acima de 360 dias	276.790	10.326
<b>Total</b>	<b>279.448</b>	<b>11.735</b>

**9) Empréstimos e adiantamentos a clientes****a) Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	3.605.244	5.479.637
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	36.739.961	30.424.615
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 10)	(3.775.355)	(3.362.858)
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos</b>	<b>36.569.850</b>	<b>32.541.394</b>

**b) Abertura:**

	31/12/2022	31/12/2021
Veículos (1)	16.257.541	15.145.220
Consignado (1)	10.157.072	9.248.165
Empréstimos FGTS (1)	2.958.860	3.538.492
Financiamento cartões de crédito (2)	6.185.755	3.626.377
Títulos e créditos a receber (3)	2.250.365	2.520.955
Conta garantida	1.637.417	1.532.242
Empréstimos imobiliários/habitacionais	236.333	270.432
Capital de giro	34.223	19.533
Outros	627.639	2.836
<b>Total</b>	<b>40.345.205</b>	<b>35.904.252</b>

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 6.e);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

**c) Prazo de vencimento:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.962.623	7,34	2.239.345	6,24
<b>A vencer</b>				
A vencer até 3 meses	9.489.433	23,52	7.213.794	20,09
A vencer de 3 a 12 meses	9.844.920	24,40	8.884.621	24,75
A vencer acima de um ano (1)	18.048.229	44,74	17.566.492	48,93
<b>Total</b>	<b>40.345.205</b>	<b>100,00</b>	<b>35.904.252</b>	<b>100,00</b>

(1) Em 31/12/2022 o PAN possuía aproximadamente R\$ 1,3 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

**d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:**

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>26.059.946</b>	<b>1.728.397</b>	<b>2.880.017</b>	<b>30.668.360</b>
Transferidos para o Estágio 1	-	(323.287)	(72.002)	(395.289)
Transferidos para o Estágio 2	(641.235)	-	(19.728)	(660.963)
Transferidos para o Estágio 3	(1.284.934)	(435.042)	-	(1.719.976)
Oriundos do Estágio 1	-	641.235	1.284.934	1.926.169
Oriundos do Estágio 2	323.287	-	435.042	758.329
Oriundos do Estágio 3	72.002	19.728	-	91.730
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.033.496	210.336	(414.168)	5.829.664
Write-off	(2.465)	(59)	(591.248)	(593.772)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.560.097</b>	<b>1.841.308</b>	<b>3.502.847</b>	<b>35.904.252</b>

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.560.097</b>	<b>1.841.308</b>	<b>3.502.847</b>	<b>35.904.252</b>
Transferidos para o Estágio 1	-	(150.637)	(44.218)	(194.855)
Transferidos para o Estágio 2	(1.074.152)	-	(19.148)	(1.093.300)
Transferidos para o Estágio 3	(1.969.655)	(362.164)	-	(2.331.819)
Oriundos do Estágio 1	-	1.074.152	1.969.655	3.043.807
Oriundos do Estágio 2	150.637	-	362.164	512.801
Oriundos do Estágio 3	44.218	19.148	-	63.366
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	5.818.367	(165.202)	(1.024.007)	4.629.158
Write-off	(3.166)	(556)	(184.483)	(188.205)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>33.526.346</b>	<b>2.256.049</b>	<b>4.562.810</b>	<b>40.345.205</b>

**e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:**

Nos exercícios de 31/12/2022 e 31/12/2021, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras. O lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado/FGTS	15.120.169	11.988.292	3.131.877	11.070.749	9.060.789	2.009.960
<b>Total</b>	<b>15.120.169</b>	<b>11.988.292</b>	<b>3.131.877</b>	<b>11.070.749</b>	<b>9.060.789</b>	<b>2.009.960</b>

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 26).

**10) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes****a) Movimentação:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo do início do período</b>	<b>3.362.858</b>	<b>3.211.874</b>
Complemento de provisão	801.388	613.464
Write-off	(388.891)	(462.480)
<b>Saldo do fim do período</b>	<b>3.775.355</b>	<b>3.362.858</b>

No exercício findo em 31/12/2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 76.642 (R\$ 168.323 em 31/12/2021).



**b) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada :**

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>869.028</b>	<b>380.667</b>	<b>1.962.179</b>	<b>3.211.874</b>
Transferidos para o Estágio 1	-	14.767	5.685	20.452
Transferidos para o Estágio 2	112.712	-	4.056	116.768
Transferidos para o Estágio 3	844.282	259.257	-	1.103.539
Oriundos do Estágio 1	-	(112.712)	(844.282)	(956.994)
Oriundos do Estágio 2	(14.767)	-	(259.257)	(274.024)
Oriundos do Estágio 3	(5.685)	(4.056)	-	(9.741)
Constituição/(Reversão)	966.724	79.950	(433.210)	613.464
Writte-off	(691)	(38)	(461.751)	(462.480)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.771.603</b>	<b>617.835</b>	<b>(26.580)</b>	<b>3.362.858</b>
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.771.603</b>	<b>617.835</b>	<b>(26.580)</b>	<b>3.362.858</b>
Transferidos para o Estágio 1	-	(5.676)	(3.264)	(8.940)
Transferidos para o Estágio 2	(187.813)	-	(2.018)	(189.831)
Transferidos para o Estágio 3	(1.270.734)	(216.477)	-	(1.487.211)
Oriundos do Estágio 1	-	187.813	1.270.734	1.458.547
Oriundos do Estágio 2	5.676	-	216.477	222.153
Oriundos do Estágio 3	3.264	2.018	-	5.282
Constituição/(Reversão)	1.363.840	81.973	(644.425)	801.388
Writte-off	(444)	(205)	(388.242)	(388.891)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>2.685.392</b>	<b>667.281</b>	<b>422.682</b>	<b>3.775.355</b>

**11) Recebíveis imobiliários**

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2022	31/12/2021
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CD Ie sem correção Monetária	0 até 20,05	16.436	16.900
<b>Total</b>				<b>16.436</b>	<b>16.900</b>

**12) Outros ativos financeiros**

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber por cessão de créditos	619.005	1.205.548
Outros	99	342
<b>Total</b>	<b>619.104</b>	<b>1.205.890</b>

**13) Outros ativos**

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais e fiscais	249.834	208.999
Despesas antecipadas	160.900	163.455
Devedores diversos País	236.821	124.033
Listagem de produtos	73.521	-
Direito de uso de arrendamento	14.202	18.120
Valores a receber de sociedade ligadas	23.145	61.081
Valores a receber de empréstimos consignados	3.390	2.427
Relações interfinanceiras	4.843	2.852
Outros	177.784	64.292
<b>Total</b>	<b>944.440</b>	<b>645.259</b>

**14) Ativos não correntes mantidos para venda**

	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	149.025	190.898
Veículos terrestres	93.397	23.053
Material em estoque	1.496	1.411
Provisão para perda ao valor recuperável (impairment)	(41.259)	(52.078)
<b>Total</b>	<b>202.659</b>	<b>163.284</b>

**15) Crédito tributário e passivos fiscais****a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(249.000)	(178.329)
Sobre prejuízos fiscais	1.113.266	995.852
Sobre diferenças temporárias	2.460.076	2.719.855
Provisão para perda esperada	1.501.605	1.863.269
Provisão de ações cíveis	91.350	118.627
Provisão de ações trabalhistas	42.169	47.562
Provisão de ações tributárias	16.787	17.673
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	18.531	23.360
Ajuste ao valor de mercado	10.714	12.225
Outras	778.920	637.139
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.324.342</b>	<b>3.537.378</b>
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	247	866
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	230.045	250.033
Provisão atualização Participação Invest CIP S.A.	2.937	-
Provisão para impostos e contribuições	249.294	451.271
<b>Total do Passivo</b>	<b>482.523</b>	<b>702.170</b>

**b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:****Ativo diferido**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>1.998.720</b>	<b>1.538.658</b>	<b>3.537.378</b>	<b>1.931.429</b>	<b>1.479.051</b>	<b>3.410.480</b>
(+) Constituição de créditos	1.123.391	870.982	1.994.373	1.128.496	898.997	2.027.493
(-) Realização de créditos	(1.230.829)	(976.580)	(2.207.409)	(1.061.205)	(839.390)	(1.900.595)
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>1.891.282</b>	<b>1.433.060</b>	<b>3.324.342</b>	<b>1.998.720</b>	<b>1.538.658</b>	<b>3.537.378</b>

**Passivo diferido**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>170.174</b>	<b>80.725</b>	<b>250.899</b>	<b>133.684</b>	<b>41.990</b>	<b>175.674</b>
(+) Constituição de Passivos	292.073	229.284	521.357	265.233	212.062	477.295
(-) Realização de Passivos	(299.898)	(239.129)	(539.027)	(228.743)	(173.327)	(402.070)
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>162.349</b>	<b>70.880</b>	<b>233.229</b>	<b>170.174</b>	<b>80.725</b>	<b>250.899</b>

### c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2022, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 31/01/2023.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	1.481.595	-	238.493	-	708	-	1.720.796
2023	1.315.275	643.923	124.864	379.251	15.410	308	1.455.549	1.023.482
2024	694.280	294.655	250.934	364.613	8.134	141	953.348	659.409
2025	41.444	72.385	397.625	2.579	486	35	439.555	74.999
2026	64.864	15.922	327.106	4.337	760	8	392.730	20.267
2027	52.060	10.115	7.424	3.108	610	5	60.094	13.228
2028	16.199	11.224	3.938	2.978	190	5	20.327	14.207
2029	1.350	-	1.374	492	15	-	2.739	492
2030	-	10.494	-	-	-	4	-	10.498
<b>Total</b>	<b>2.185.472</b>	<b>2.540.313</b>	<b>1.113.265</b>	<b>995.851</b>	<b>25.605</b>	<b>1.214</b>	<b>3.324.342</b>	<b>3.537.378</b>

Em 31/12/2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.527.748 (R\$ 2.836.480 em 31/12/2021).

### d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2022, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 582.869 (31/12/2021 – R\$ 582.869), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.667 (31/12/2021 – R\$ 244.667).

### e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>804,429</b>	<b>1.023.596</b>
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(361.994)	(460.618)
Outros valores (2) (3)	265.139	210.999
Diferença de alíquota entre as empresas	(39.291)	(46.501)
<b>Imposto de renda e Contribuição social</b>	<b>(136.146)</b>	<b>(296.120)</b>

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021 e 21 de 08/2022 até 12/2022), para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021 e 21% de 08/2022 até 12/2022) e para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Refere-se principalmente ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF); e

(3) A partir do 1º trimestre de 2022, as empresas Mobiauto e Mosaico passam a ter suas informações financeiras consolidadas nas demonstrações contábeis do Grupo PAN.

## 16) Imobilizado

### a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.423	(7.585)	33.838	21.890
Sistemas de segurança e comunicações	10%	7.653	(3.873)	3.780	3.455
Sistemas de processamento de dados	20%	59.529	(32.344)	27.185	31.221
Máquinas de adquirência	33%	106.583	(34.658)	71.925	45.657
<b>Total em 31/12/2022</b>		<b>215.188</b>	<b>(78.460)</b>	<b>136.728</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>		<b>134.469</b>	<b>(32.246)</b>	<b>-</b>	<b>102.223</b>

### b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.646</b>	<b>1.208</b>	<b>12.506</b>	<b>-</b>	<b>23.360</b>
Aquisições	21.771	3.619	26.125	48.822	100.337
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>21.890</b>	<b>3.455</b>	<b>31.221</b>	<b>45.657</b>	<b>102.223</b>

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>21.890</b>	<b>3.455</b>	<b>31.221</b>	<b>45.657</b>	<b>102.223</b>
Incorporação de saldo (1)	1.566	170	2.617	-	4.353
Aquisições	14.275	1.760	4.331	57.761	78.127
Baixas	(90)	(37)	(603)	-	(730)
Depreciação	(3.803)	(1.568)	(10.381)	(31.493)	(47.245)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>33.838</b>	<b>3.780</b>	<b>27.185</b>	<b>71.925</b>	<b>136.728</b>

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

## 17) Ativo intangível e ágio

### a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Softwares	20% a 60%	234.116	(143.490)	90.626	27.310
Licença de uso	20% a 60%	177.796	(133.602)	44.194	35.433
Marcas e patentes	5% a 50%	30.868	(4.910)	25.958	-
Ágio	-	690.728	(218.726)	472.002	53.741
Outros	33,33%	-	-	-	24
<b>Total em 31/12/2022</b>		<b>1.133.508</b>	<b>(500.728)</b>	<b>632.780</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>		<b>515.120</b>	<b>(398.612)</b>	<b>-</b>	<b>116.508</b>

## b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>40.525</b>	<b>16.508</b>	-	<b>186.325</b>	<b>218</b>	<b>243.576</b>
Adições	2.460	59.402	-	39.125	-	100.987
Baixas	(793)	(9)	-	-	(35)	(837)
Amortização	(14.882)	(40.468)	-	(171.709)	(159)	(227.218)
<b>Total em 31/12/2021</b>	<b>27.310</b>	<b>35.433</b>	-	<b>53.741</b>	<b>24</b>	<b>116.508</b>

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>27.310</b>	<b>35.433</b>	-	<b>53.741</b>	<b>24</b>	<b>116.508</b>
Incorporação de saldo (1)	15.047	-	27.507	-	316	42.870
Adições (1)	63.275	72.499	-	432.876	-	568.650
Baixas	(1.098)	(180)	(94)	-	(113)	(1.485)
Amortização	(13.908)	(63.558)	(1.455)	(14.615)	(227)	(93.763)
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>90.626</b>	<b>44.194</b>	<b>25.958</b>	<b>472.002</b>	-	<b>632.780</b>

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

## 18) Depósitos de clientes

## a) Classificação:

	31/12/2022	31/12/2021
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	19.376.341	20.499.655
<b>Total</b>	<b>19.376.341</b>	<b>20.499.655</b>

## b) Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Tipos:</b>		
Depósitos à vista	448.409	328.165
Depósitos a prazo (1)	18.927.932	20.171.490
<b>Total</b>	<b>19.376.341</b>	<b>20.499.655</b>

(1) Objeto de hedge contábil (Nota 6.e).

## c) Prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento	448.409	328.165
Até 30 dias	2.000.559	873.721
De 31 a 90 dias	1.983.888	2.292.856
De 91 a 180 dias	3.883.034	1.909.247
De 181 a 360 dias	3.247.763	5.136.288
Acima de 360 dias	7.812.688	9.959.378
<b>Total</b>	<b>19.376.341</b>	<b>20.499.655</b>

**19) Depósitos de instituições financeiras****a) Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Classificação:</b>		
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.367.258	4.633.082
<b>Tipos:</b>		
Venda com compromisso de recompra	5.884.794	1.186.562
Depósitos interfinanceiros	5.482.464	3.446.520
<b>Total</b>	<b>11.367.258</b>	<b>4.633.082</b>

**b) Prazo de vencimento:**

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	6.438.460	2.040.515
De 31 a 90 dias	282.177	422.928
De 91 a 180 dias	614.030	3.331
De 181 a 360 dias	8.182	62.904
Acima de 360 dias	4.024.409	2.103.404
<b>Total</b>	<b>11.367.258</b>	<b>4.633.082</b>

**20) Recursos de emissão de títulos****a) Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Classificação:</b>		
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.618.218	9.380.408
<b>Tipos:</b>		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	88.769	217.882
Letras Financeiras - LF	10.529.449	9.162.526
<b>Total</b>	<b>10.618.218</b>	<b>9.380.408</b>

**b) Variações:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldos do início do período</b>	<b>9.380.408</b>	<b>5.346.049</b>
Juros	1.443.123	786.244
Emissões	2.833.312	8.175.739
Pagamento de Juros/Resgate	(3.038.625)	(4.927.624)
<b>Saldo do fim do período</b>	<b>10.618.218</b>	<b>9.380.408</b>

**c) Prazo de vencimento:**

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	14.121	37.557
De 31 a 90 dias	291.159	67.060
De 91 a 180 dias	401.134	135.306
De 181 a 360 dias	1.430.766	1.921.779
Acima de 360 dias	8.481.038	7.218.706
<b>Total</b>	<b>10.618.218</b>	<b>9.380.408</b>

## 21) Obrigações por empréstimos

### a) Saldos patrimoniais:

	31/12/2022	31/12/2021
No País	78	194
No Exterior (1) (2)	773.561	811.851
<b>Total</b>	<b>773.639</b>	<b>812.045</b>

(1) Empréstimo realizado em 22/12/2021 no montante de US\$ 150 milhões de dólares, com vencimento em 15/12/2025;

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 6.e).

### b) Variações:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>No Exterior</b>		
<b>Saldos do início do exercício</b>	<b>811.851</b>	<b>-</b>
Juros	31.412	547
Pagamentos de Juros	(29.349)	-
Emissões	-	847.416
Variação Cambial	(54.420)	(20.940)
MTM	9.798	(15.278)
Custo associado à emissão	4.269	106
<b>Total</b>	<b>773.561</b>	<b>811.851</b>

## 22) Dívidas subordinadas

### a) Classificação:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.987	9.329
<b>Total</b>	<b>10.987</b>	<b>9.329</b>

### b) Composição:

Valor da operação	31/12/2022	31/12/2021
<b>No País:</b>		
R\$ 8.000 (1)	10.987	9.329
<b>Total</b>	<b>10.987</b>	<b>9.329</b>

(1) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

### c) Variações:

No País	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldos do início do exercício</b>	<b>9.329</b>	<b>8.784</b>
Juros	1.658	545
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>10.987</b>	<b>9.329</b>

## 23) Outros passivos

### a) Outros passivos financeiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	304.943	483.373
Relações com correspondentes	132.210	78.791
Obrigações de arrendamento (Nota 23.b)	16.269	19.862
<b>Total</b>	<b>453.422</b>	<b>582.026</b>

**b) Obrigações de arrendamento:**

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2022, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 9.188 (31/12/2021 - R\$ 8.603).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldos do início do exercício</b>	<b>19.862</b>	<b>26.578</b>
Adições/exclusões de contratos	3.981	-
Pagamentos	(9.188)	(8.603)
Apropriação de encargos financeiros	1.614	1.887
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>16.269</b>	<b>19.862</b>

**c) Vencimento dos arrendamentos:**

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	4.840	4.941
De 1 a 5 anos	11.307	14.817
Mais de 5 anos	122	104
<b>Total de pagamentos futuros</b>	<b>16.269</b>	<b>19.862</b>

**d) Outros passivos não financeiros:**

	31/12/2022	31/12/2021
Operações com cartões de crédito	2.173.516	2.432.206
Pagamentos a efetuar	1.192.658	1.299.683
Operações vinculadas a cessão	909.860	716.186
Sociais e estatutárias	435.207	371.683
Arrecadação de cobrança	118.512	81.053
Valores a pagar a sociedades ligadas	35.408	19.756
Negociação e intermediação de valores	9.381	11.517
Valores específicos de consórcio	1.017	3.686
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	17.576	19.983
Outros	84.511	117.372
<b>Total</b>	<b>4.977.646</b>	<b>5.073.125</b>

**24) Provisões****Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

**Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários,



especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

### Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

#### 1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

#### 2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

### Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

#### I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	204.427	264.853
Processos trabalhistas	94.253	106.599
Processos tributários	45.602	47.911
<b>Total</b>	<b>344.282</b>	<b>419.363</b>

**II. Movimentação das provisões:**

	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>305.467</b>	<b>147.209</b>	<b>60.946</b>	<b>513.622</b>
Constituição líquida de reversão	132.218	44.728	4.225	181.171
Atualização monetária	-	-	2.591	2.591
Baixas por pagamento	(172.832)	(85.338)	(19.851)	(278.021)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>264.853</b>	<b>106.599</b>	<b>47.911</b>	<b>419.363</b>

	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>264.853</b>	<b>106.599</b>	<b>47.911</b>	<b>419.363</b>
Incorporação de saldo	1.187	-	-	1.187
Constituição líquida de reversão	181.993	40.846	(3.334)	219.505
Atualização monetária	-	-	1.559	1.559
Baixas por pagamento	(243.606)	(53.192)	(534)	(297.332)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>204.427</b>	<b>94.253</b>	<b>45.602</b>	<b>344.282</b>

**III. Passivos contingentes classificados como perda possível:**

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

**IRPJ/CSLL** – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2022, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 784 (R\$ 738 em 31/12/2021);

**IRPJ/CSLL** – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2016. Em dezembro de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 969.867 (R\$ 869.565 em 31/12/2021);

**IRPJ/CSLL** – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em dezembro de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 24.868 (R\$ 22.928 em 31/12/2021);

**IRPJ/CSLL** – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em setembro de 2022, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 25.095 (R\$ 22.774 em 31/12/2021);

**PIS/COFINS** – Dedutibilidade de despesas de swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em setembro de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 5.068 (R\$ 4.758 em 31/12/2021);

**PIS/COFINS** – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em setembro de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 239.871 (R\$ 217.972 em 31/12/2021);

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)** – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em setembro de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 135.691 (R\$ 124.424 em 31/12/2021);

**IRRF** – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em setembro de 2022, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 85.746 (R\$ 79.751 em 31/12/2021); e

**Compensações não homologadas** - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em setembro de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 254.790 (R\$ 235.849 em 31/12/2021).

## 25) Patrimônio líquido

### a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928.320 em 31/12/2022 e R\$ 4.175.222 em 31/12/2021.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	648.772	547.495
<b>Subtotal</b>	<b>1.306.333</b>	<b>1.205.056</b>
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(33.153)	-
<b>Total</b>	<b>1.273.180</b>	<b>1.205.056</b>

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 25.f).

### b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2021, foi deliberado pela aprovação da incorporação de ações de emissão da Mosaico e a aprovação de aumento do Capital Social da Companhia em vista da incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico, com emissão pela Companhia, de (a) 101.276.624 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4); e (b) como vantagem adicional, 126.595.780 bônus de subscrição, nominativos e escriturais, de emissão da Companhia, exercíveis em até 30 (trinta) meses a contar da data de Fechamento (conforme definida no Acordo de Associação), condicionado à verificação de meta de performance do preço de negociação das Ações BPAN4, sendo que cada bônus de subscrição conferirá aos acionistas da Mosaico o direito de subscrever 0,166667 Ações BPAN4 adicionais (Nota 1.a).

O BACEN homologou em 09/03/2022 a incorporação das ações de emissão da Mosaico e o aumento de capital decorrente da incorporação das ações de emissão da Mosaico, deliberações estas tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/12/2021.

Em reunião realizada em 09/05/2022, o Conselho de Administração ("CA") da Companhia, aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra") (Nota 25.f).

Quantidade de ações (em milhares de ações)	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Em em 31/12/2021</b>	<b>657.561</b>	<b>547.495</b>	<b>1.205.056</b>
Aumento de Capital	-	101.277	101.277
Aumento das ações em tesouraria	-	(33.153)	(33.153)
<b>Em em 31/12/2022 (1)</b>	<b>657.561</b>	<b>615.619</b>	<b>1.273.180</b>

(1) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/2022, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

**c) Reservas de lucros:**

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

**d) Juros sobre o capital próprio/dividendos:**

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos:

	31/12/2022	% (1)	31/12/2021	% (1)
<b>Lucro líquido</b>	<b>706.108</b>		<b>774.576</b>	
(-) Reserva Legal	(35.305)		(38.729)	
<b>Base de cálculo</b>	<b>670.803</b>		<b>735.847</b>	
<b>Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados provisionados/pagos (2)</b>	<b>320.000</b>		<b>261.080</b>	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(48.000)		(39.162)	
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados provisionados/pagos (3)</b>	<b>272.000</b>		<b>221.918</b>	
Dividendos propostos (4)	-		35.628	
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados/provisionados e dividendos pagos</b>	<b>272.000</b>	<b>40,5%</b>	<b>257.546</b>	<b>35,0%</b>

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2022 é de : R\$ 0,25133930725 (2021: R\$ 0,21665400898);

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2022 é de : R\$ 0,21363841116 (2021: R\$ 0,18415590763); e

(4) Dividendos por ação propostos relativos ao exercício de 2021 é de R\$ 0,02729054608).

**e) Lucro por ação:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>666.634</b>	<b>727.476</b>
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	348.849	396.960
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	317.785	330.516
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	599.005	547.495
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,53	0,60
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,53	0,60

**f) Ações em tesouraria:**

Em reunião realizada em 09/05/2022 o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações do Banco PAN, sendo autorizada a aquisição de até 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4), para manutenção em tesouraria ou promover o seu cancelamento. O Programa de Recompra terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/05/2022.

Em 29/11/2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, resultantes de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra, sem redução de capital social da Companhia.

Em 31/12/2022 o saldo de ações em tesouraria totalizava o montante de R\$ 234.855, sendo composto por 33.153 ações preferenciais.

**26) Receita líquida com juros**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas com juros e similares</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.301.246	5.400.541
Lucro nas cessões de crédito (nota 9.e)	3.131.877	2.009.960
Aplicações em títulos de renda fixa	824.657	404.135
Depósitos compulsórios no Banco Central	371.859	66.115
Prêmio de performance das cessões	151.789	354.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	31.338	17.658
Operações de câmbio	1.201	1.862
Recebíveis imobiliários	700	1.336
Outras	134	-
<b>Total de receitas com juros</b>	<b>11.814.801</b>	<b>8.256.430</b>
<b>Despesas com juros e similares</b>		
Obrigações por empréstimos	13.206	35.671
Depósitos de clientes	(2.484.605)	(1.325.204)
Recurso de emissão de títulos	(1.444.689)	(500.606)
Depósitos de instituições financeiras	(821.970)	(265.114)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(30.681)	(29.822)
Outras	(30.469)	(24.346)
<b>Total de despesas com juros</b>	<b>(4.799.208)</b>	<b>(2.109.421)</b>
<b>Total</b>	<b>7.015.593</b>	<b>6.147.009</b>

**27) Receita de tarifas e comissões**

	31/12/2022	31/12/2021
Cartões de crédito	316.624	231.113
Operações de crédito	298.781	272.317
Receita na listagem de produtos	224.297	-
Comissão/intermediação	139.292	195.819
Receita com publicidade	41.227	-
Outras	17.348	3.697
<b>Total</b>	<b>1.037.569</b>	<b>702.946</b>

**28) Despesas de pessoal**

	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	573.420	509.796
Encargos sociais	155.922	136.349
Benefícios	120.494	103.810
Honorários	41.243	24.875
Outros	11.126	10.537
<b>Total</b>	<b>902.205</b>	<b>785.367</b>

**29) Outras despesas administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões pagas a correspondentes bancários	773.873	1.060.921
Serviços de terceiros	735.952	683.821
Processamento de dados	521.216	456.587
Propaganda, promoções e publicidade	346.418	283.940
Serviços do sistema financeiro	312.661	308.645
Aluguéis	38.440	17.829
Comunicações	75.319	110.225
Despesas com busca e apreensão de bens	28.018	12.333
Manutenção e conservação de bens	9.499	13.793
Transporte	5.975	5.487
Taxas e emolumentos	3.500	3.866
Água, energia e gás	1.578	1.741
Viagens	6.879	1.618
Materiais de consumo	1.532	2.429
Outras	25.908	22.101
<b>Total</b>	<b>2.886.768</b>	<b>2.985.336</b>

**30) Depreciação e amortização**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com amortização	78.914	56.280
Despesa com depreciação	54.072	28.850
<b>Total</b>	<b>132.986</b>	<b>85.130</b>

**31) Despesas tributárias**

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição à COFINS	347.106	298.353
Contribuição ao PIS	57.656	48.531
Imposto sobre serviços	37.930	30.433
Impostos e taxas	8.571	7.448
<b>Total</b>	<b>451.263</b>	<b>384.765</b>

**32) Provisões líquidas**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	(181.993)	(132.218)
Provisões trabalhistas	(40.846)	(44.728)
Provisões tributários	3.334	(4.225)
<b>Total</b>	<b>(219.505)</b>	<b>(181.171)</b>

**33) Outras receitas e (despesas) operacionais**

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas	292.628	191.508
Varição monetária ativa/passiva	76.451	22.192
Despesa de cessão de operações de crédito	(2.097.096)	(1.349.159)
<i>Impairment</i> de ágio na aquisição de investimentos	(14.615)	(171.709)
Descontos concedidos	(144.274)	(67.333)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(140.665)	(69.568)
Gravames	(30.165)	(35.838)
Outras	(40.590)	(1.542)
<b>Total</b>	<b>(2.098.326)</b>	<b>(1.481.449)</b>

**34) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para a venda**

	31/12/2022	31/12/2021
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	2.951	(1.315)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	5.016	29.938
Outras	(22)	54
<b>Total</b>	<b>7.945</b>	<b>28.677</b>

**35) Segmentos operacionais**

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde às operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Outros é representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real State S.A., Pan Administradora de Consórcio Ltda., Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., G.W.H.C. Serviços Online Ltda. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda..

	31/12/2022				31/12/2021			
	Financeiro	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Outros	Eliminações	Total
<b>Receita líquida de juros</b>								
Receitas com juros e similares	11.802.457	104.010	(91.666)	11.814.801	8.248.298	24.847	(16.715)	8.256.430
Despesas com juros e similares	(4.890.636)	(238)	91.666	(4.799.208)	(2.126.136)	-	16.715	(2.109.421)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(805.034)	3.646	-	(801.388)	(623.560)	10.096	-	(613.464)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	44	-	44	-	484	-	484
<b>Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros</b>	<b>6.106.787</b>	<b>107.462</b>	<b>-</b>	<b>6.214.249</b>	<b>5.498.602</b>	<b>35.427</b>	<b>-</b>	<b>5.534.029</b>
<b>Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)</b>	<b>240.702</b>	<b>(5.151)</b>	<b>-</b>	<b>235.551</b>	<b>665.518</b>	<b>(4.288)</b>	<b>-</b>	<b>661.230</b>
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	159	(5.129)	-	(4.970)	396	(4.269)	-	(3.873)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(22)	-	(22)	-	(19)	-	(19)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	240.543	-	-	240.543	665.122	-	-	665.122
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
Receitas de tarifas e comissões	761.273	288.426	(12.130)	1.037.569	701.219	1.727	-	702.946
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(3.619.357)</b>	<b>(181.746)</b>	<b>12.130</b>	<b>(3.788.973)</b>	<b>(3.760.875)</b>	<b>(9.828)</b>	<b>-</b>	<b>(3.770.703)</b>
Despesas de pessoal	(843.510)	(58.695)	-	(902.205)	(783.813)	(1.554)	-	(785.367)
Outras despesas administrativas	(2.775.847)	(123.051)	12.130	(2.886.768)	(2.977.062)	(8.274)	-	(2.985.336)
Depreciação e amortização	(126.867)	(6.119)	-	(132.986)	(85.098)	(32)	-	(85.130)
Despesas tributárias	(410.056)	(41.207)	-	(451.263)	(381.289)	(3.476)	-	(384.765)
Provisões (líquidas)	(218.503)	(1.002)	-	(219.505)	(182.711)	1.540	-	(181.171)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.970.218)	(42.312)	(85.796)	(2.098.326)	(1.469.754)	6.525	(18.220)	(1.481.449)
Resultado de participações em coligadas e controladas	168	-	-	168	-	-	-	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	8.749	(804)	-	7.945	28.916	(239)	-	28.677
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>772.678</b>	<b>117.547</b>	<b>(85.796)</b>	<b>804.429</b>	<b>1.014.460</b>	<b>27.356</b>	<b>(18.220)</b>	<b>1.023.596</b>
Imposto de renda e contribuição social	(106.044)	(30.102)	-	(136.146)	(286.984)	(9.136)	-	(296.120)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>666.634</b>	<b>87.445</b>	<b>(85.796)</b>	<b>668.283</b>	<b>727.476</b>	<b>18.220</b>	<b>(18.220)</b>	<b>727.476</b>

	31/12/2022				31/12/2021			
	Financeiro	Outros	Eliminação	Total	Financeiro	Outros	Eliminação	Total
<b>Total do ativo</b>	56.392.198	1.533.246	(2.298.839)	<b>55.626.605</b>	48.467.280	802.935	(1.130.493)	<b>48.139.722</b>
<b>Total do passivo</b>	49.298.769	125.378	(921.735)	<b>48.502.412</b>	42.512.918	75.712	(422.758)	<b>42.165.872</b>



### 36) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

#### A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades (a)</b>		<b>3.450</b>	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	3.450	-	-	-
<b>Aplicação interfinanceira de liquidez (c)</b>		<b>275.282</b>	<b>5.974</b>	<b>25.417</b>	<b>15.694</b>
Banco BTG Pactual S.A.	23/09/2027	275.282	5.974	25.417	15.635
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	59
<b>Cessão de crédito (d)</b>		<b>2.225</b>	<b>2.541</b>	<b>(286)</b>	<b>159.245</b>
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.225	2.541	(286)	2.541
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	156.704
<b>Outros ativos</b>		<b>24.064</b>	<b>61.081</b>	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	23.121	61.060	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	24	21	-	-
Pessoal Chave da Administração	Sem prazo	919	-	-	-
<b>Depósitos à vista (e)</b>		<b>(399)</b>	<b>(337)</b>	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	(62)	-	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros (f)</b>		<b>(4.435.218)</b>	<b>(2.299.309)</b>	<b>(347.244)</b>	<b>(169.575)</b>
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(4.435.218)	(2.299.309)	(347.244)	(114.759)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	(54.816)
<b>Depósitos a prazo (g)</b>		<b>(51.222)</b>	<b>(49.838)</b>	<b>(6.894)</b>	<b>(2.908)</b>
Pan Corretora de Seguros Ltda.	27/03/2025	(49.559)	(48.294)	(6.760)	(2.783)
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(1.663)	(1.544)	(134)	(125)
<b>Depósitos de instituições financeiras</b>		<b>(5.880.994)</b>	<b>(1.178.410)</b>	<b>(385.713)</b>	<b>(20.411)</b>
Banco BTG Pactual S.A.	31/08/2026	(5.880.994)	(1.178.410)	(385.713)	(20.388)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	(23)
<b>Instrumentos financeiros derivativos (h)</b>		<b>(88.353)</b>	<b>(39.488)</b>	<b>(139.049)</b>	-
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	(88.353)	(39.488)	(139.049)	-
<b>Outros passivos</b>		<b>(373.276)</b>	<b>(207.746)</b>	-	-
Banco BTG Pactual S.A. (i)	Sem prazo	(337.351)	(187.990)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(35.370)	(19.756)	-	-
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	Sem prazo	(555)	-	-	-
<b>Receita de prestação de serviços</b>		-	-	<b>140.807</b>	<b>196.054</b>
,Too Seguros S.A. (j)	-	-	-	140.460	195.819
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	235
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	347	-
<b>Despesas de Pessoal</b>		-	-	<b>(302)</b>	<b>(322)</b>
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(302)	(322)
<b>Outras despesas administrativas</b>		-	-	<b>(94.102)</b>	<b>(53.105)</b>

,Too Seguros S.A.	-	-	-	(3.587)	(5.146)
Banco BTG Pactual S.A. (k)	-	-	-	(3.968)	(13.029)
BTG Pactual Corretora (l)	-	-	-	(124)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(37.312)	(9.958)
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	(9.530)	-
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(39.581)	(24.857)
<b>Outras despesas operacionais</b>	-	-	-	<b>(1.387)</b>	-
Banco BTG Pactual S.A. (m)	-	-	-	(1.387)	-
<b>Resultado obtido na cessão de crédito</b>	-	-	-	<b>575.320</b>	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	575.320	-

- (a) Referem-se as contas correntes das empresas Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.;
- (b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;
- (c) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (d) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (h) Referem-se às operações de *swap*;
- (i) Refere-se ao JCP base 2022 no montante bruto de R\$ 236.649 e provisão de PLA (passivo de liquidação antecipada) sobre cessões de crédito, no valor de R\$ 100.684;
- (j) Refere-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (k) Refere-se a despesas com aluguéis de imóveis;
- (l) Refere-se a despesas com formador de mercado; e
- (m) Refere-se a despesas com cessão de crédito cedidas PLA (passivo de liquidação antecipada).

### 37) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

**Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

**Nível 2:** Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujos valores são determinados usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

**Nível 3:** Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

### i. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2022 e 31/12/2021, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos financeiros</b>	<b>122.436</b>	<b>226.982</b>	<b>3.605.244</b>	<b>3.954.662</b>
Ao valor justo no resultado	47.068	-	3.605.244	3.652.312
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	75.368	226.982	-	302.350
<b>Passivos financeiros</b>	<b>98.196</b>	-	-	<b>98.196</b>
Ao valor justo no resultado	98.196	-	-	98.196

	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos financeiros</b>	<b>657.068</b>	<b>223.177</b>	<b>5.479.637</b>	<b>6.359.882</b>
Ao valor justo no resultado	242.358	-	5.479.637	5.721.995
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	414.710	223.177	-	637.887
<b>Passivos financeiros</b>	<b>54.669</b>	-	-	<b>54.669</b>
Ao valor justo no resultado	54.669	-	-	54.669

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/12/2022	31/12/2021	Técnicas de avaliação	Principais premissas
<b>Ativos financeiros</b>	<b>3.832.226</b>	<b>5.702.814</b>		
<b>Ao valor justo no resultado</b>	<b>3.605.244</b>	<b>5.479.637</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.605.244	5.479.637	Método do valor presente líquido	Modelo interno de cálculo de fluxo futuro, descontado a valor justo utilizando dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.
<b>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>226.982</b>	<b>223.177</b>		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	210.029	218.233	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	16.953	4.944	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
<b>Passivos financeiros</b>	<b>88.353</b>	<b>39.488</b>		
<b>Ao valor justo no resultado</b>	<b>88.353</b>	<b>39.488</b>		
Contratos de <i>swap</i>	88.353	39.488	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

31/12/2022					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>42.702.223</b>	<b>46.810.465</b>	<b>8.558.778</b>	<b>277.432</b>	<b>37.974.255</b>
Títulos e valores mobiliários	8.818.068	8.558.778	8.558.778	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	279.448	277.432	-	277.432	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	32.964.606	37.334.154	-	-	37.334.154
Outros ativos financeiros	640.101	640.101	-	-	640.101
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>42.599.865</b>	<b>43.807.699</b>	<b>132.210</b>	<b>20.212.595</b>	<b>23.462.894</b>
Depósitos de clientes	19.376.341	20.212.595	-	20.212.595	-
Depósitos de instituições financeiras	11.367.258	11.540.065	-	-	11.540.065
Recursos de emissão de títulos	10.618.218	10.841.545	-	-	10.841.545
Outros passivos financeiros	1.238.048	1.213.494	132.210	-	1.081.284

31/12/2021					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>33.734.909</b>	<b>36.993.958</b>	<b>5.228.456</b>	<b>11.742</b>	<b>31.753.760</b>
Títulos e valores mobiliários	5.434.134	5.228.456	5.228.456	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	11.742	-	11.742	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	27.061.757	30.526.477	-	-	30.526.477
Outros ativos financeiros	1.227.283	1.227.283	-	-	1.227.283
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>35.916.545</b>	<b>37.183.754</b>	<b>78.791</b>	<b>21.214.619</b>	<b>15.890.344</b>
Depósitos de clientes	20.499.655	21.214.619	-	21.214.619	-
Depósitos de instituições financeiras	4.633.082	4.784.385	-	-	4.784.385
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	-	-	9.788.404
Outros passivos financeiros	1.403.400	1.396.346	78.791	-	1.317.555

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

## 38) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

### 38.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

### 38.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

### 38.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

#### a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

#### b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

##### i. Empresas

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do rating do cliente é definido um rating da

operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*).

## ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

## iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

## c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

## d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2022 e 31/12/2021. A exposição máxima atingiu R\$ 55,7 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 50,7 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2021).

### i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2022		31/12/2021	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	40.345.205	3.678.541	35.904.252	3.267.972
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	5.324.832	96.814	7.252.731	94.886
Títulos e valores mobiliários	9.149.836	-	6.306.937	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	279.448	-	11.735	-
Valores a receber por cessão de créditos	619.005	-	1.205.548	-
Instrumentos financeiros derivativos	697	-	2.498	-
Benefício residual em operações securitizadas	4.561	-	4.493	-
Recebíveis imobiliários	16.436	-	16.900	-
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>55.740.020</b>	<b>3.775.355</b>	<b>50.705.094</b>	<b>3.362.858</b>

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 97,6% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.



Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

<b>Carteira de Crédito</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	31.075.881	28.036.496
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	5.384.796	4.609.263
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.884.528	3.258.493
<b>Total de empréstimos e adiantamento a clientes</b>	<b>40.345.205</b>	<b>35.904.252</b>
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.775.355)	(3.362.858)
<b>Valor líquido (Nota 9.a)</b>	<b>36.569.850</b>	<b>32.541.394</b>

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (96.814) em 31/12/2022 e R\$ (94.886) em 31/12/2021.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

<b>Maiores devedores</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	<b>Valor</b>	<b>% sobre a carteira</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre a carteira</b>
10 maiores devedores	698.207	1,73	703.206	1,96
50 seguintes maiores devedores	581.780	1,44	580.574	1,62
100 seguintes maiores devedores	236.895	0,59	236.100	0,66
Demais devedores	38.828.323	96,24	34.384.372	95,77
<b>Total</b>	<b>40.345.205</b>	<b>100,00</b>	<b>35.904.252</b>	<b>100,00</b>

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 399.866 (R\$ 96.347 em 31/12/2021). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

**ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso**

<b>Atraso (em dias)</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>	<b>%</b>
1 a 30	3.267.160	60,67	2.967.762	64,39
31 a 60	1.294.176	24,03	1.043.124	22,63
61 a 90	823.460	15,30	598.377	12,98
<b>Total</b>	<b>5.384.796</b>	<b>100,00</b>	<b>4.609.263</b>	<b>100,00</b>

**iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso**

<b>Atraso (em dias)</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
A vencer	1.981	0,05	852	0,03
Vencidos acima de 90 dias	3.882.547	99,95	3.257.641	99,97
<b>Total</b>	<b>3.884.528</b>	<b>100,00</b>	<b>3.258.493</b>	<b>100,00</b>

### 38.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

#### i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

## ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2022 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.121.315	1.691.476	2.593.406	3.093.135	5.550.473	11.501.821	25.551.626
Depósitos de instituições financeiras	-	34.601	201.219	1.629.677	248.259	1.017.390	8.892.022	12.023.168
<b>Total de depósitos</b>	-	<b>1.155.916</b>	<b>1.892.695</b>	<b>4.223.083</b>	<b>3.341.394</b>	<b>6.567.863</b>	<b>20.393.843</b>	<b>37.574.794</b>
Cessão de crédito com coobrigações	-	14.864	15.668	15.394	43.032	72.767	132.965	294.690
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	21.022	21.022
Empréstimos no Exterior	-	-	-	20.653	-	28.332	864.088	913.073
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	45.440	-	36.633	121.414	203.487
Recursos de emissão de títulos	-	445.531	109.988	336.654	312.604	1.265.364	4.024.580	6.494.721
<b>Total</b>	-	<b>1.616.311</b>	<b>2.018.351</b>	<b>4.641.224</b>	<b>3.697.030</b>	<b>7.970.959</b>	<b>25.557.912</b>	<b>45.501.787</b>

31/12/2021 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.056.219	1.174.826	1.155.484	2.017.703	4.377.909	14.186.451	23.968.592
Depósitos de instituições financeiras	-	862.045	134.509	296.594	3.473	1.604.057	10.677.575	13.578.253
<b>Total de depósitos</b>	-	<b>1.918.264</b>	<b>1.309.335</b>	<b>1.452.078</b>	<b>2.021.176</b>	<b>5.981.966</b>	<b>24.864.026</b>	<b>37.546.845</b>
Cessão de crédito com coobrigações	-	2.934	2.885	2.844	8.326	12.450	4.258	33.697
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	19.647	19.647
Recursos de emissão de títulos	-	83.991	42.443	25.552	141.679	1.833.859	2.513.785	4.641.309
<b>Total</b>	-	<b>2.005.189</b>	<b>1.354.663</b>	<b>1.480.474</b>	<b>2.171.181</b>	<b>7.828.275</b>	<b>27.401.716</b>	<b>42.241.498</b>

(\*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

### 38.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

#### i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.876/18;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentem os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

## ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular BACEN nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco – Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

**iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação**

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança), entretanto os valores de *VaR* e teste de *stress* do *trading book* estão zerados, pois o banco não mantém posição na carteira *trading* desde 2019.

**iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação**

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(108)	(40.118)	(82.837)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(15)	(3.725)	(6.735)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(4)	(1.633)	(2.239)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio	-	(38)	(77)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(669)	(1.340)
<b>Total em 31/12/2022</b>		<b>(127)</b>	<b>(46.183)</b>	<b>(93.228)</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>		<b>(146)</b>	<b>(31.662)</b>	<b>(62.136)</b>

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Posição Comprada - Dólar				
Swap	(858.015)	(858.015)	(803.059)	(864.463)
<b>Total</b>	<b>(858.015)</b>	<b>(858.015)</b>	<b>(803.059)</b>	<b>(864.463)</b>
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.662)	(2.808)	(2.662)	(2.808)
<b>Total</b>	<b>(2.662)</b>	<b>(2.808)</b>	<b>(2.662)</b>	<b>(2.808)</b>

### 38.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

#### i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

#### ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

### iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o BACEN divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BACEN) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

A partir de então, o Banco PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma “gerencial” (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/21, ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos indicadores de Capital:

<b>Base de Cálculo – Índice de Basileia</b>	<b>31/12/2022*</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	<b>5.170.802</b>	<b>4.514.796</b>
Capital Principal	5.170.802	4.514.796
Patrimônio de referência nível II	8.789	9.329
<b>Patrimônio de referência para comparação com o RWA</b>	<b>5.179.591</b>	<b>4.524.125</b>
<b>Patrimônio de referência</b>	<b>5.179.591</b>	<b>4.524.125</b>
- Risco de crédito	28.982.927	26.364.443
- Risco de mercado	367	1.527
- Risco operacional	4.242.955	2.973.556
Ativo ponderado pelo risco – RWA	33.226.249	29.339.526
<b>Índice de Basileia</b>	<b>15,59%</b>	<b>15,42%</b>
<b>Nível I</b>	<b>15,56%</b>	<b>15,39%</b>
<b>Nível II</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

\* Pró-forma



Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site [www.btgpactual.com.br/ri](http://www.btgpactual.com.br/ri) na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

##### **Presidente**

Roberto Balls Sallouti

##### **Conselheiros**

André Santos Esteves

André Fernandes Lopes Dias

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Guilherme Goulart Pacheco

Maíra Habimorad

#### **DIRETORIA**

##### **Diretor Presidente**

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

##### **Diretores**

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Leonardo Ricci Scutti

Roberta Cardim Geyer

#### **COMITÊ DE AUDITORIA**

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

#### **CONTADOR**

Rodney Fabiano Fernandes

CRC 1SP270936/O-7